

# Balanço da Consulta Pública

## Modernização da Lei de Direito Autoral

**Ministério  
da Cultura**

# Consulta Pública cumpriu o objetivo

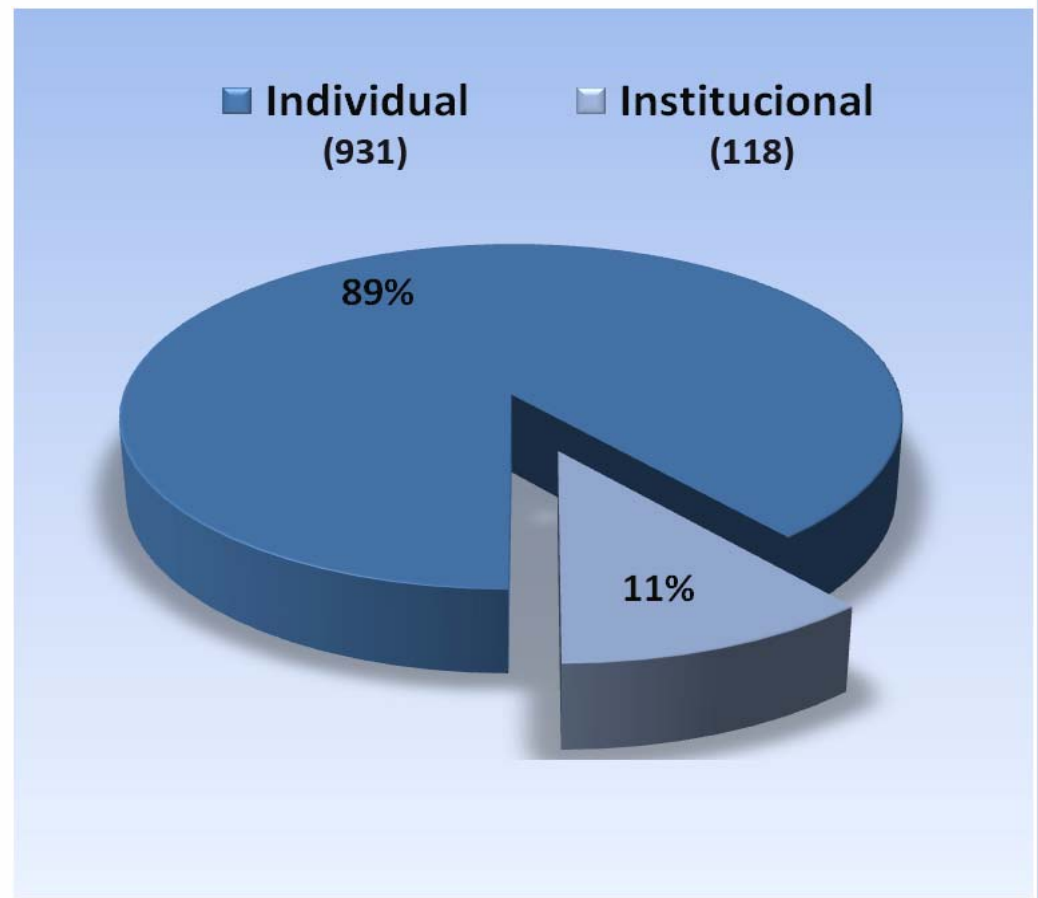
- O tema Direito Autoral entrou para a agenda nacional (mobilizou todos os públicos de interesse e transbordou para além deles)
- O debate com a sociedade cumpriu o papel de subsidiar o aperfeiçoamento do anteprojeto de lei



# Números da consulta

Total de participantes: 1.049

- 79 dias de duração
- 70 reuniões



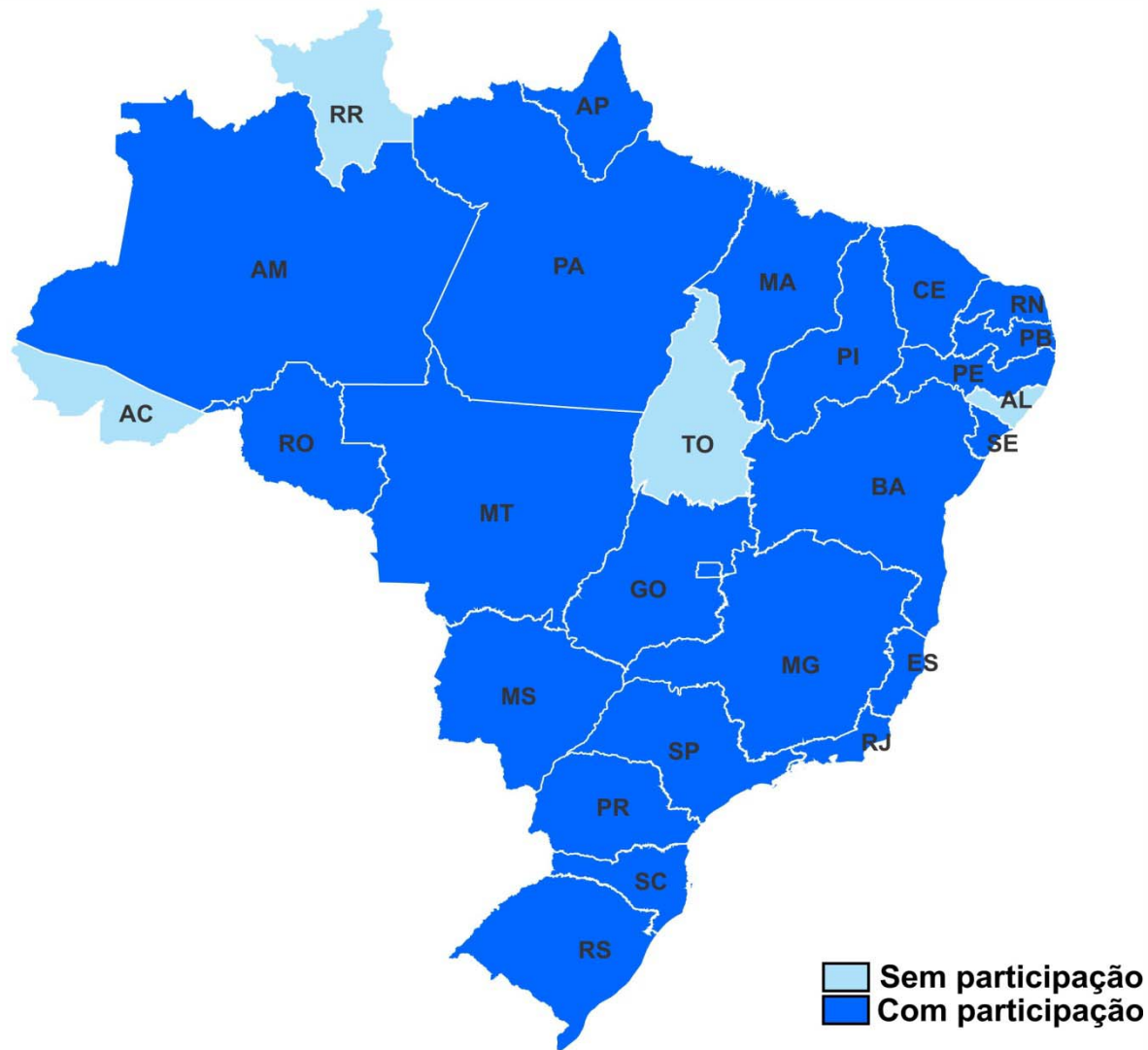
# Números da Consulta

Total de  
8.431



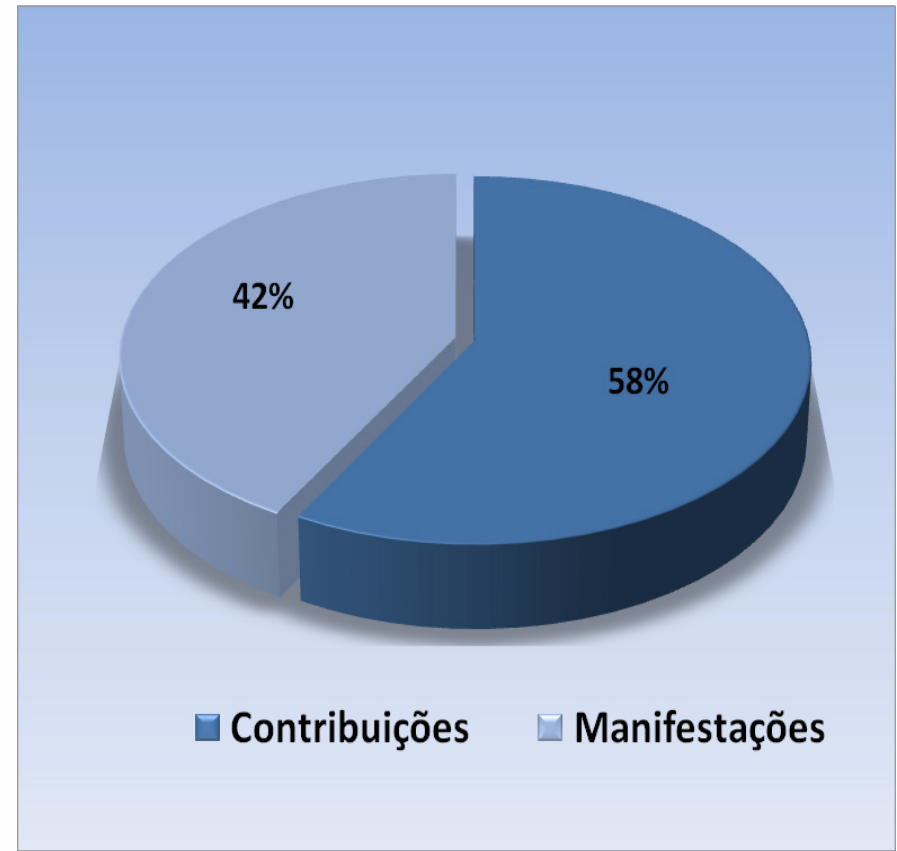
# Abrangência geográfica

Participações  
oriundas de  
23 Estados



# Números da Consulta

- **58%** das participações foram **contribuições** aos dispositivos, com argumentação, permitindo o aperfeiçoamento do anteprojecto em discussão
- **42%** das participações no site da consulta foram **manifestações** aos dispositivos, sem qualquer argumentação



- Detectou-se a repetição de centenas de participações com um mesmo padrão de conteúdo, a partir de poucos endereços IP

# O que o debate apontou

## Avaliação Preliminar

- Transparência é ganho
- Mediação de conflitos é necessária
- Harmonização dos interesses avança
- Usos para fins educacionais e como recurso criativo devem ser aperfeiçoados
- Internet: aprimoramento e propostas mais abrangentes

# Transparência é essencial

- A transparência e o controle dos autores sobre o sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais foram compreendidos como essenciais para o setor.
- Para garantir a transparência, é necessária a supervisão do Estado, como ocorre em todas as partes do mundo.
- Desmistificou-se a idéia da estatização da arrecadação, inexistente no anteprojeto de lei. A arrecadação e a distribuição dos direitos autorais continuam privadas.

# Mediação de conflitos é necessária

- A mediação de conflitos voluntária também foi amplamente compreendida como um ganho, não como uma invasão do Executivo nas relações privadas.



- Trata-se da implantação de um serviço semelhante ao oferecido pelo extinto Conselho Nacional dos Direitos Autorais, que agiliza a resolução de conflitos, sem prejuízo de recurso ao Judiciário.

# Harmonização dos interesses avança

- Dispositivos que atendiam a demandas de determinado setor puderam ser analisados pelo conjunto dos segmentos.
- Observou-se que, ao mesmo tempo em que algumas novidades do projeto solucionavam problemas de um setor, se chocavam com interesses de outros. A harmonização desses interesses avançou no processo de consulta pública.
- A **licença não-voluntária** foi um exemplo. Incluída no projeto para atender a situações excepcionais dos setores de artes visuais e de livros, no debate mostrou ser um dos temas sobre o qual o governo vai se debruçar com muita atenção.

# Usos para fins educacionais e como recurso criativo devem ser aperfeiçoados

- Muitas manifestações sobre o parágrafo único do artigo 46 (das limitações). Seja salientando os benefícios para a educação e a pesquisa, seja com críticas a abrangência e não-definição dos termos “fins educacionais”, “fins didáticos” e, especialmente, “recursos criativos”.
- Embora essa cláusula não deva ser interpretada como uma liberação generalizada do uso de obras protegidas, especialmente se o uso implicar em exploração econômica da obra, nem que entre os usos previstos está o de disponibilizar obras na internet, compreendeu-se que não houve um entendimento claro sobre a proposta deste dispositivo.
- Sua redação precisa ser revista, incorporando sugestões, retirando imprecisões e definindo de forma clara sua abrangência e aplicação.

# Internet: aprimoramento e propostas mais abrangentes

- O aprimoramento do conceito de “acesso interativo”, que substituiu o de “distribuição” no texto atual da lei, mostrou-se adequado para dirimir a incerteza jurídica que dificulta o desenvolvimento de novos modelos de negócio para a internet.
- Quanto aos "compartilhamentos" de arquivos utilizando-se redes P2P, esse é um problema que atinge, indistintamente, todos os países. Nenhum deles, até agora, encontrou uma solução satisfatória para o mesmo.
- Não há ainda um consenso quanto ao melhor tratamento a ser dado ao tema, no Brasil e no mundo todo à questão do P2P. Foram apresentadas propostas que tratam da questão e que estão sendo cuidadosamente analisadas.

# A Consulta termina, o diálogo continua!

- 1º) analisar as contribuições (já em andamento)
- 2º) produzir relatório técnico
- 3º) realizar reuniões com os setores envolvidos
- 4º) consolidar a proposta do Governo
- 5º) apresentar a APL ao Congresso Nacional (antes do fim do ano)